

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

CURRÍCULO NA PRÁTICA ESCOLAR

NILZA ALVES DA SILVA

Belo Horizonte
2009

NILZA ALVES DA SILVA FONSECA

CURRÍCULO NA PRÁTICA ESCOLAR

Trabalho acadêmico apresentado ao
Curso de Especialização em Gestão Escolar, promovido pela
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Minas Gerais,
Departamento de Administração Escolar.
Professora Orientadora: Celeste D. de Souza Bitencourt

Belo Horizonte

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-graduação, intitulado:

CURRÍCULO NA PRÁTICA ESCOLAR

Autoria da pós-graduanda Nilza Alves Da Silva Fonseca

Aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:

Professora Orientadora: Celeste Deográcias de Souza Bitencourt

Professor Examinador:

Professor Examinador:

Prof. Fernando Fidalgo
Coordenador da Escola de Gestores FAE/UFMG/MEC

Belo Horizonte, 2009.

Introdução

A questão do currículo tem ocupado um lugar de destaque na agenda política nacional e internacional. Na realidade esse assunto tem adquirido uma grande relevância política na medida em que se estabelece o que é para ser transmitido, ensinado e aprendido nas escolas. Este encontra-se no cerne de uma política cultural de formação das novas gerações para uma vida social.

O próprio MEC, no Documento Introdutório dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) reconhece a importância de que, no processo de elaboração do currículo, cada “escola formule seu projeto educacional, compartilhado por toda a equipe, para que a melhoria da qualidade da educação resulte da co-responsabilidade entre todos os educadores”. Indica ainda que a “forma mais eficaz de elaboração e desenvolvimento de projetos educacionais”, é aquele que se dá a partir do “debate em grupo e no local de trabalho”. Neste sentido os PCNs constituem-se apenas em um “referencial para fomentar a reflexão sobre os currículos estaduais e municipais” e não dispensam a iniciativa e adequação de cada unidade escolar. Os PCNs funcionam, assim, como um “elemento catalizador de ações na busca de uma melhoria da qualidade da educação brasileira, mas de modo algum têm o poder de resolver todos os problemas que afetam a qualidade do ensino e da aprendizagem no país” (PCNs,1996). Para atingir a qualidade almejada muitas outras iniciativas se fazem necessárias, inclusive aquelas que permitem avançar numa gestão mais democrática da educação.

A diversidade cultural varia de contexto para contexto. Nem sempre aquilo que julgamos como diferença social, histórica e culturalmente construída recebe a mesma interpretação nas diferentes sociedades. Como consta,

as narrativas contidas no currículo, explícita ou implicitamente, corporificam noções particulares sobre conhecimento, sobre formas de organização da sociedade, sobre os diferentes, grupos sociais. Elas dizem qual o conhecimento é legítimo e qual é ilegítimo, quais formas de conhecer são válidas e quais não o são, o que é certo e o que é errado, o que é moral e o que é imoral, o que é bom e o que é mau, o que é belo e o que é feio, quais vozes são autorizadas e quais não são (SILVA, 1995, p.195).

Tendo a E.M. Dona Lúcia Dias o objetivo principal estabelecer condutas e procedimentos que elevem os próprios alunos e profissionais a respeitarem as diferenças mútuas, valorizando o que cada um tem de positivo e favorável no contexto geral buscando constantes intervenções para subsidiar e preparar as crianças numa conquista de sucesso e felicidade pessoais e conseqüentemente coletivos, dá-se então a necessidade de estarmos organizando seu currículo.

Dentro desse aspecto uma abordagem de suma importância é a questão da saúde, que compreende um fator primordial na vida do educando.

É preciso educar para a saúde levando em conta os aspectos envolvidos na formação de hábitos e atitudes que acontecem no dia-a-dia da escola. Por esta razão, a educação para a saúde será tratada como tema transversal permeando todas as áreas que compõem o currículo escolar. Uma vez que o corpo humano, como sistema integrado interage com o ambiente e reflete a história de vida do sujeito.

Esse trabalho tem por objetivo fazer uma reflexão crítica do currículo da E.M. Dona Lúcia Dias exposto em seu PPP anexo 2009 que irá pautar em minha experiências e observações da prática educativa e cotidiana como gestora, além de referenciar me na literatura especializada e documentos legais que tratam da educação brasileira como a LDB (1996), CF (1988), ECA (2005), PCNs (1996) entre outros, sendo este trabalho apresentado no padrão da PUC Minas de normatização.

Desenvolvimento

Se entendermos o currículo, como propõe Willians(1994),

como nas escolhas que se fazem em vasto leque de possibilidades ou seja, como uma seleção de cultura, podemos concebê-lo, também como conjunto de práticas que produzem significados.

Neste sentido, considerações de Silva (1999) podem ser úteis:

O currículo é o espaço em que se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político. É por meio do currículo que certos grupos sociais especialmente dominantes expressam sua visão de mundo seu projeto social, sua verdade.

“O currículo não é um veículo que transporta algo a ser transmitido e absolvido, mas sim um lugar em que, ativamente em meio a tensões, se produz e se reproduz a cultura. Currículo refere-se portanto a criação, recriação, contestação e transgressão. (Moreira e Silva, 1994)”

No currículo se evidenciam esforços tanto para consolidar as situações de opressão e discriminação a que certos grupos sociais tem sido submetidos, quanto por questionar os arranjos sociais em que essas situações se sustentam. Isso se torna claro ao nos lembrarmos dos inúmeros e expressivos relatos de práticas, em salas de aula, que contribui para cristalizar preconceitos e discriminações, representações estereotipadas e desrespeitosas de certos comportamentos, certos estudantes e certos grupos sociais.

Nesta perspectiva Stuart Hall (1997, p.97) afirma que,

por bem ou por mau, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica no novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma política cultural.

A gestão baseada no conhecimento é um modo para trabalhar o currículo educacional para minimizar os problemas emergentes. O currículo é um modo de compor, propor e efetivar caminhos que estão em consonância com o mundo contemporâneo. “O currículo está no centro cultural, social, político e econômico”(SANCRISTAN, 2000).

A sociedade está na escola e está retratada no plano educativo por meio das experiências e dos conteúdos.

A inserção da saúde no Projeto Político Pedagógico da E.M. Dona Lúcia Dias

A educação para a saúde ganha novo sentido para a escola e para a vida, quando assumimos que Não somos entidades biológicas, mas culturais e sociais.

Ao educar para a saúde, o objetivo não é mais a ênfase no conhecimento teórico humano, pois essa opção não se mostrou eficiente para fomentar a adoção de comportamentos e atitudes saudáveis.

A proposta é tratar a saúde de uma maneira transversal, é um recurso para organizar o trabalho didático de forma a incorporar os objetivos e conteúdos do tema ao conjunto de ação pedagógica. Considerando que os estudos da qualidade de vida dos povos e a distribuição de doenças no tempo e no espaço são conteúdos presentes na aula de história e geografia. Da mesma maneira, os textos utilizados no aprendizado de línguas e os problemas formulados nas aulas de matemática trazem mensagens sobre as relações humanas e, portanto refletir sobre elas é um dos caminhos para realizar a transversalidade. Assim como a participação de alunos que não sejam habilidosos esportistas, nas aulas de educação física, e a promoção de seu convívio ativo no grupo, não apenas como espectadores dos melhores, produzem impacto muito maior sobre a saúde do que as longas palestras sobre a importância sobre a prática regular das atividades físicas...

De acordo com os Parâmetro Curriculares Nacionais, o nível de saúde das pessoas reflete a maneira como vivem numa interação dinâmica entre as potencialidades individuais e condições de vida. Falar de saúde implica levar em conta, por exemplo, a qualidade do ar que se respira, o consumismo desenfreado e a miséria, a degradação social e a desnutrição, formas de inserção das diferentes parcelas da população do mundo do trabalho, estilos de vida pessoal. As atitudes favoráveis ou desfavoráveis desde a infância pela identificação com os valores observados em modelos externos ou grupos de referência. A escola cumpre papel destacado na formação dos cidadãos para

uma vida saudável. Mas a explicitação da educação para a saúde como tema do currículo eleva a escola ao papel de formadores de protagonistas e – não de pacientes- capazes de valorizar a saúde, discernir e participar de decisões relativas à saúde individual e coletiva.

Saúde e doença são temas tradicionais do ensino formal. Na prática o professor assume o papel de educação em saúde ao desenvolver com seus alunos o conteúdo curricular ou atender as situações concretas no cotidiano escolar: Projetos, campanhas, ocorrência de casos de doença, epidemias, necessidades emergentes dos alunos e da coletividade em que a escola ta inserida.

As contribuições da escola para a saúde são múltiplas: participa decisivamente na formação cultural, está na base da preparação para o mundo do trabalho, traz conhecimentos específicos que cada uma das disciplinas aporta em relação á saúde e constitui-se em espaço privilegiado das vivencias da infância e da adolescência (*Martinez, 1996*).

1. Autoconhecimento para o autocuidado

Autonomia e a capacidade criativa são elementos essenciais para a busca da saúde e a opção por estilos de vida de baixo risco. Frente as profundas e rápidas transformações no campo do conhecimento, na atitudes e valores, assim como nos modelos de organização social que vivenciamos em nossos dias, esses recursos pessoais são entendidos como competências básicas para a vida: são ferramentas para que as pessoas possam buscar e encontrar caminhos saudáveis para o autocuidado e a participação social(*Alencar, 1990*).

No processo de formação social e interação com a sociedade, o autoconceito pode ser fundamental para a criança e para o adolescente, uma vez que aquilo que pensamos a respeito de nós mesmos influencia no que podemos fazer e alcançar, na forma como vamos estabelecer relacionamentos com o mundo.

Se a criança, cedo em sua vida, vive muitas experiências negativas de não aceitação e de fracasso, isso terá repercussões negativas em seu próprio desenvolvimento, pois ela passará a perceber-se em como incapaz de incompetente. Não encontrando receptividade, pode não se sentir aceita e compreendida, perdendo a confiança em si e nos outros. Com esse tipo de experiência, dificilmente poderá desenvolver um autoconhecimento positivo e utilizar todo o seu potencial como ser humano.

É importante que a fantasia e as brincadeiras infantis sejam aceitas e incentivadas, porque através delas as crianças exercitam sua atividade, comunicam-se com os adultos, adquirem experiências para organização das relações emocionais e para o desenvolvimento de contatos sociais (*Winnicott, 1971*).

Quando a criança ingressa na educação fundamental, o seu autoconceito está relativamente formado. E suas crenças e atitudes a respeito de si mesmo vão determinar em grande parte a forma como ela reagirá as experiências de aprendizagem e socialização.

Na educação fundamental, cada mensagem de confiança e valorização pessoal transmitida pelo professor pode adquirir, para a criança, valor inestimável para a promoção do desejo e da capacidade de aprender e participar, de cuidar e cuidar-se.

2. Orientação alimentar e nutrição

Alimentação e saúde caminham juntas. Para uma alimentação saudável, além do acesso a alimentos de boa qualidade, é necessário combiná-los de maneira equilibrada, em proporções às necessidades de cada um.

Considerações finais

A educação de uma maneira geral é um processo constituinte da experiência humana, por isso se faz presente em toda e qualquer sociedade. A escolarização, em específico, é um dos recortes no processo educativo mais amplo. Durante toda a nossa vida, realizamos aprendizagens de naturezas mais diferentes. Nesse processo, marcado pela interação contínua entre o ser humano e o meio, no contexto das relações sociais, é que construímos nosso conhecimento, valores, representações e identidades. Sendo assim, tanto o desenvolvimento biológico, quando o domínio das práticas culturais existentes no nosso meio são imprescindíveis para a realização do acontecer humano. Este último, enquanto uma experiência que atravessa toda a sociedade e toda a cultura, não se caracteriza pela unidade do gênero humano, mas, sobre tudo, pela riqueza da diversidade.

Os currículos e práticas escolares que incorporam essa visão de educação tendem a ficar mais próximos do trato positivo da diversidade humana, cultural e social, pois a experiência da diversidade faz parte dos processos de socialização de humanização e desumanização. Adversidade é um componente do desenvolvimento biológico e cultural da humanidade. Ela se faz presente na produção de práticas, saberes, valores, linguagens, técnicas artísticas, científicas, representações do mundo, experiências de sociabilidade e de aprendizagem.

Pretende-se com o presente trabalho a implementação PPP de uma gestão democrática de maneira que se alcance cada dia mais uma educação na qual os educandos tornem-se pessoas conscientes, críticas e reflexivas, buscando a valorização constante do sentido da vida.

Sendo que a inclusão de saúde no currículo como tema transversal um fator de promoção e proteção a saúde e estratégia dos direitos e cidadania.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL - Constituição Federal (1998). Constituição Federativa do Brasil.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. MEC, Brasília, DF: 1996.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº. 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Brasília, DF: 1996.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-Reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. Padrão PUC Minas de normalização: normas da ABNT para apresentação de trabalhos científicos, teses, dissertações e monografias / Elaboração Helenice Rêgo dos Santos Cunha. Belo Horizonte: PUC Minas, ago. 2008. Disponível em: <http://www.pucminas.br> . Acesso em 30 jun. 2009.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. ESCOLA MUNICIPAL “DONA LÚCIA DIAS”. Mateus Leme, 2009.

BRASIL. Lei nº. 8.069/90. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério da Educação e Cultura - MEC. Assessoria de Comunicação Social. Brasília, DF: 2005.